

TESTEMUNHOS

Em louvor dos arquivos¹JOAQUIM FURTADO²

Em minha defesa quero começar por declarar que, sobre este assunto, não sei nada. Não sei nada de arquivologia ou de arquivística, portanto não esperem que a minha intervenção ocupe o lugar de qualquer outra que pudesse dominar esta matéria. Nem sequer conheço, a não ser superficialmente em alguns dos seus aspetos, os problemas que preocupam este setor.

Parece que a palavra arquivo deriva de um vocábulo latino que, por sua vez, vem de um, grego, que significava residência dos principais magistrados, onde se guardavam os arquivos de Atenas. Sei, porque consultei o dicionário Houaiss e o dicionário etimológico de José Pedro Machado. Ou seja, fiz aquilo que é muito habitual os jornalistas fazerem: ir procurar na origem, para situar o tema.

Ora, vendo bem, ir procurar na origem, para situar, é algo que vem muito a propósito. De facto, pode-se perguntar para que serve um arquivo, se não para podermos ir ao passado procurar o que nos informa sobre ele e, assim, reunir contexto para entender o presente?

Vendo bem, é isso. E vendo melhor: o jornalista pode não saber nada de arquivologia, mas é verdade que fazem parte integrante da sua atividade os acontecimentos que antecedem a atualidade de que se ocupa. O material de arquivo, portanto. O jornalista, o cineasta, o documentarista, o investigador são, simultaneamente, clientes de arquivos e seus fornecedores.

Nesse sentido e naquela condição, poderei dizer alguma coisa. Sobretudo enquanto jornalista que defende e tenta praticar um jornalismo que procure enquadrar factos, ao arrepio da tendência moderna de há muito tempo que cultiva a superficialidade apressada do jornalismo televisivo já de si, necessariamente, superficial.

O jornalista – e situemo-lo no audiovisual – regista a sua reportagem, edita-a e emite-a. E no momento em que a emite já está a remetê-la para o passado, ou seja, para o arquivo. A partir dali, outros profissionais a podem consultar ou utilizar.

Vejamos um pouco melhor o processo que ocorre daí em diante, isto na ótica do utilizador e partindo da minha experiência, nomeadamente, da que tenho colhido com a série “A Guerra” que me tem ocupado nos últimos anos (e que é, afinal, a razão do convite para estar aqui).

O arquivo é um pilar essencial desse trabalho que, em boa parte, assenta em imagens que foram captadas pela RTP – ou que fazem parte do seu património – registadas sobretudo entre os anos de 1961 a 1974.

Um acervo desde logo condicionado pela natureza do regime de então – em que vigorava a censura à imprensa, à rádio e à televisão – e também pela natureza do acontecimento em causa, já que a cobertura jornalística das guerras sofre sempre maiores limitações.

O que existe nos arquivos da RTP, onde tive oportunidade de consultar e anotar uns milhares de filmes de 16 mm, positivos e negativos, e também aquilo que pude consultar nas filмотecas das Forças Armadas é pois, o resultado dessas limitações impostas quer pela censura quer pela natureza do acontecimento. E o que existe é muito pouco, se considerarmos a guerra *strictu sensu*, uma vez que quase não se encontra reportagem. Alargando o âmbito de abordagem do tema para os seus aspetos políticos, diplomáticos, sociais, até culturais, a falta de imagens já não é tão acentuada como quanto à guerra propriamente dita, onde a escassez estará agravada por desvios e extravios de que sempre ouvi falar mas nunca apurei, que teriam sido perpetrados no período imediato ao 25 de Abril.

No que se refere aos arquivos militares, as insuficiências também aparecem associadas ao incêndio que atingiu a sede dos Serviços Cartográficos do Exército, depositário desse património. Mas, se sairmos da faixa do audiovisual, é inevitável que nos lembremos daquilo que sempre circulou sobre o destino dos arquivos da Pide, também depauperados, não sabemos em que extensão... e, por aquilo que oiço, não tanto pela experiência pessoal, há também entre nós uma tradição de que o acesso aos arquivos se dificulta, mais do que se facilita. Se for real essa tendência para uma cultura de ocultação, devíamos começar por combatê-la, desde logo,

em cada um de nós, cedendo às instituições adequadas e que melhor podem preservá-los, espólios pessoais que possam ser de interesse coletivo. Não sei se por essa razão ou se por real inexistência, apenas consegui para a série “A Guerra”, meia dúzia de filmes de 8 mm, cedidos por particulares. A questão parece ser mais vasta, uma vez que o João Barba comentou comigo o caso da muita documentação audiovisual dispersa por empresas, entidades e autarquias que se pretende reunir e preservar. Se é verdadeira a ideia de que lidamos mal com a nossa memória, não será de estranhar que lidemos mal com os arquivos. Mas não me parece que tenha que ser assim. São vários os agentes que atuam na órbita dos arquivos, cada um com o seu papel. A boa prestação de um arquivo não depende apenas do modo como ele está organizado e da maneira como é capaz de responder às solicitações. Depende muito da forma como é utilizado por quem o consulta. É o que me diz a minha experiência de utilizador. Um documento audiovisual não é apenas uma imagem, ou um conjunto de imagens, acompanhado ou não de um registo sonoro, assente num determinado suporte. É também, sempre que possível, a anotação das circunstâncias desse conjunto de imagens: o que representam de facto, a data e o lugar em que foram colhidas, a identificação dos intervenientes, se isso for de interesse público. Uma sinopse, portanto. Sem isso,

haverá casos em que podemos ter imagens mas não temos, necessariamente, um documento audiovisual. Neste objetivo, penso que devem estar, permanentemente, comprometidos os que trabalham nos arquivos e aqueles para quem os arquivos trabalham que, por sua vez, como vimos, trabalham para os arquivos.

Uma das tarefas mais difíceis e, simultaneamente, mais fascinantes, a que a série me obrigou (e de que penso deixar no futuro, um registo pormenorizado à RTP) é a “verdadeira” identificação de muitas das imagens que consultei, para além do que está nas sinopses que geralmente acompanham essas imagens. Descobrir por detrás das imagens o que elas de facto representam, no contexto daquilo que se pretende contar. Perceber que a determinada imagem sumariamente identificada corresponde a uma determinada ação no contexto da guerra ou uma determinada reunião ou um determinado momento a que História veio dar um relevo natural ou inesperado. A que instante, na minúcia do que vai ser a narrativa, corresponde de facto aquela imagem e o que ela revela quando observada ao pormenor por alguém que tem o background apropriado. Para mim, isto é que é identificar. Quanto mais se souber sobre tal ou tal imagem, melhor ela pode ser usada. É isso que tenho procurado fazer. E daí que, sistematicamente, consulte os documentalistas da RTP com o objetivo de conferir datas,

confirmar origens, pedir os textos de apoio que possam existir.

Para quê tanta exigência? Para evitar, até ao limite possível, a utilização de imagens fora do seu enquadramento histórico. Fora das suas circunstâncias. Se não tenho o filme correspondente ao que pretendo retratar e estou, por exemplo, a falar de uma ação militar em Angola, em 1961, as imagens a que recorro devem ser de Angola. E devo mostrar os militares com as fardas e com as armas dessa data, operando num ambiente correspondente ao que descrevo. Se estou a falar de 1973, as fardas são diferentes, as armas são outras, os veículos mudaram, os aviões podem já não ser dos mesmos modelos. E não devo fazer passar junto do espetador, como sendo da Guiné, filmagens realizadas em Angola ou em Moçambique e vice-versa...

Porém, é isso que, como espetador, me é dado com frequência: a utilização indiscriminada de imagens de guerra, independentemente da data e do território em que foram recolhidas, com elas se ilustrando realidades que lhes são muito distantes. O que digo sobre a guerra, aplica-se a tudo o resto.

Pela sua proximidade, podia citar o exemplo de uma reportagem que ilustra na perfeição o que acabo de dizer, exibida esta semana, numa televisão privada. Podia citar os casos recorrentes das imagens que sendo de arquivo, mas não estando identificadas como tal, se confundem com filmagens do próprio dia...

1 Intervenção na sessão comemorativa do Dia Mundial do Património Audiovisual, organizada pelo Centro Nacional de Cultura e pela BAD

2 *Jornalista*

São exemplos de práticas que desvalorizam a importância dos arquivos, começando por relativizar a importância do rigor que eles nos podem permitir.

Por outro lado, as imagens de arquivo suportam melhor a manipulação do que as que cobrem a atualidade. Isso deve-se ao simples facto de que há menos gente capaz de notar que estão a ser usadas de forma errada e enganadora, o que, em vez de ajudar a reconstituir o passado, ajuda a deturpá-lo.

E embora o problema implique questões editoriais, julgo que é indispensável a cooperação estreita entre os que trabalham os arquivos e os que os usam, para ajudar a limitar práticas desta natureza.

Olho para os arquivos não como um instrumento parado e arrumado, mas como algo potencialmente dinâmico, propício aliás a encerrar mistérios que estou sempre na esperança de poder desvendar... E, na verdade, para lá do que ardeu ou desapareceu no percurso da História, sempre se revelam tesouros nos restos de um filme ou no seu negativo, quando se encontram os fotogramas que permitem reconstituir ou mesmo acrescentar um determinado plano... ou quando é possível criar um novo documento audiovisual conjugando o registo magnético de uma reportagem feita para a rádio com as imagens de uma reportagem televisiva recolhida sem som...

São alegrias que só os arquivos

nos podem proporcionar.

Em louvor dos arquivos, vivos e ativos, quero saudar neste dia os que todos os dias neles trabalham.

E em especial os que o fazem na RTP sendo, há anos, um apoio permanente do meu trabalho.

Para que não tenhamos a memória curta.

27 DE OUTUBRO DE 2011